

VARIAÇÕES DE UM MESMO CONCEITO: UM ENSAIO SOBRE O POPULISMO

VARIATIONS OF THE SAME CONCEPT: AN ESSAY ON POPULISM

Guilherme José Motta Faria¹
João Gilberto da Silva Carvalho²
Paulo Roberto Araújo³

Recebido em 12/09/2022

Aprovado em 24/11/2022

RESUMO

O texto é um esforço de reflexão sobre o populismo como conceito e prática política no atual quadro de transformações sociais do nosso tempo. A reflexão crítica em forma de ensaio gerou um texto elaborado a “seis mãos”, reunindo três docentes que atuam em campos distintos das Ciências Humanas. O mote é o uso do conceito “populismo” de forma indiscriminada, constatação relacionada à polissemia do termo, aproximando senso comum e definição acadêmica. O populismo de ontem e o de hoje possuem especificidades que confundem, resultando em um esforço de definição conceitual contraditório, haja vista a profusão de obras sobre o tema. Assim, em um contexto de incertezas, a única certeza possível e que embasa o fio condutor da análise, do início à conclusão, é de que a revisão de conceitos é uma tarefa primordial, relevante do ponto de vista da teoria e da prática.

Palavras-Chave: Populismo, Autoritarismo, Manipulação.

ABSTRACT

The text is an effort to reflect on populism as a concept and political practice in the current context of social transformations of our time. The critical reflection in the form of an essay generated a text prepared by “six hands”, bringing together three professors who work in different fields of the Human Sciences. The motto is the use of the term “populism” indiscriminately, a finding related to the polysemy of the term, approaching common sense and academic definition. The populism of yesterday and today have specificities that confuse, resulting in an effort of contradictory conceptual definition, given the profusion of works on the subject. Thus, in a context of uncertainties, the only possible certainty that underlies the thread of the analysis, from the beginning to the conclusion, is that the review of concepts is a primordial task, relevant from the point of view of theory and practice.

Keywords: Populism, Authoritarianism, Manipulation.

INTRODUÇÃO

Tornou-se comum a obtenção de dados a partir de consultas à internet. A busca mais geral não exige refinamento e oferece resultados

¹ Professor da Universidade Veiga de Almeida. Doutor em História (UFF) e Pós-Doutor em História (USP). E-mail: gguaral@uva.br

² Professor do IFRJ - Doutor e Pós-Doutor em Psicologia (UFRJ). E-mail: joao.carvalho@ifrj.edu.br

³ Graduado em História (UFRJ). E-mail: robertoaraujo.techne@gmail.com

difusos, algo como um conjunto de informações que oscila entre o dicionário e a ciência – amálgama conhecido por senso comum. Foi o que aconteceu ao ser digitado na lupa de pesquisa a palavra populismo. O resultado obtido exhibe um vasto conjunto de definições, imagens, notícias e possibilidade passíveis de organização para análise.

De antemão é possível afirmar que a imprecisão do populismo como conceito remonta à etimologia: o sufixo grego “ismo” ligado à palavra latina que designa os habitantes de um lugar, povo (*populus*). Não é de hoje que se sabe que tais habitantes possuem consideráveis diferenças entre si. Já no século XIX Marx (1978, p. 116) nos advertia: “A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam [...]”.

Hoje o noticiário nomeia como populistas ou neopopulistas dirigentes como Donald Trump, Viktor Orbán, Recep Erdogan, Vladimir Putin, o presidente Bolsonaro, entre outros de uma lista díspar e extensa, cujo único elo possível é o autoritarismo de suas posturas, caracterizadas pelo personalismo antidemocrático. Fala-se do populismo de esquerda e do populismo de direita, sem ficar exatamente esclarecida a diferença. Por conta desse uso indiscriminado, é possível repensar o populismo e suas aplicações no atual contexto social de escalada mundial de políticas autoritárias.

O presente texto foi levado a cabo por três professores com diferentes formações, fato que ampliou o debate e os embates teóricos. Assim sendo, o ensaio agrega em três partes os respectivos interesses acadêmicos dos autores. Pela ótica da psicologia das representações sociais, o populismo foi revisitado a partir de questões identitárias e da sociogênese do próprio conceito. Trata-se, portanto, de uma abordagem reflexiva. Por outro lado, em viés historiográfico, há dois momentos: o período Vargas e a ascensão do populismo no contexto atual. O populismo é um tema transversal que tem recebido muita atenção entre as ciências humanas, notadamente a Sociologia, a História e a Ciência Política, como se observa na extensa lista de obras a respeito. O formato de ensaio não exigiu delimitação típica de pesquisas empíricas, buscando não obstante, a fundamentação teórica que, sem a pretensão de esgotar o assunto, seja coerente com a literatura básica existente. O grande desafio foi articular as reflexões em um todo coeso à contemporaneidade.

O BATISMO DE UM FENÔMENO

O nome atribuído a um fenômeno não acontece ao acaso e sim como decorrência de um processo social complexo. Nomear é uma tentativa coletiva de entender, enquadrar e dar sentido às manifestações da vida em sociedade. Não se trata de ato de vontade individual, pois depende de uma intrincada negociação até que seja estabelecido um consenso. Um bom exemplo foi a “gripe suína” (CARVALHO; ARRUDA, 2009), como já havia sido antes com a AIDS (JOFFE, 1994) e agora ocorre com a pandemia pela COVID-19. Um fato social irrompe e mobiliza a sociedade no sentido de compreendê-lo: uma novidade devastadora que causa perplexidade e exige entendimento. Onde surgiu? Quais são os responsáveis? O que fazer? O que é? O nome, portanto, é o começo de tudo. Os exemplos aqui citados relacionam-se a casos extremos, mas o processo psicossocial de representar fenômenos com a utilização de nomes é trivial e cotidiano. Há nomes carregados de historicidade – uns são inofensivos, outros permeados de dor e preconceito. Nesse sentido, as palavras são fósseis de uma arqueologia do conhecimento humano, algo próximo à expressão arqueologia do saber (FOUCAULT, 1969).

Historicamente, a queda das monarquias e a ascensão do sistema republicano deslocou as bases do poder constituído, quando então os súditos, leais a um rei (independentemente de fronteiras), tornaram-se o povo de uma nação – *Vox Populi, Vox Dei*. E assim, “todo poder emana do povo”, como diz a nossa Constituição Cidadã em eco ao que apregoava Abraham Lincoln sobre o governo do/pelo/para o povo no XIX. A evocação ao povo ou à nação confere legitimação aos governantes:

É verdade que também o conceito de povo seguiu, sobretudo, no século XX, uma carreira que o fez atravessar delírios autoritário-chauvinistas e totalitário-nacionalistas e que só pode ser elucidativa para o conceito de legitimação democrática. (MÜLLER, 2003, p. 52)

Ao povo brasileiro, é dirigido o Manifesto do Partido Republicano, de 1870, expressando os ideais progressistas da época. E assim, instaurada a república em 1889, começaria uma jornada sem fim em busca da identidade desse povo, como se a definição de brasilidade indicasse os rumos da nação. E, então, se o brasileiro hoje não é mais o “homem cordial” do passado historiográfico, as questões identitárias permanecem em discussão e atormentam o país, incrustadas na base de problemas doloridos desde a Independência, como a escravidão, por exemplo. Portanto, o conceito de identidade nacional tornou-se a expressão

acadêmica de uma busca coletiva de entender quem é esse povo. O rompimento com o passado colonial produziu abordagens diversas, pois se a história brasileira não é continuidade da história portuguesa, há que se entender a natureza de tal especificidade: as raízes, a formação, o caráter – enfim, o que faz com esse povo seja diferente dos demais? O amálgama que emerge de um “caldeirão de raças/etnias” é uma nação capaz de criar “jeitinhos” para driblar os problemas cotidianos? Ou, quem sabe, trata-se de um povo “capado e sangrado” por uma elite voraz?

Há um fio condutor que une autores como Paulino de Souza (1807-1866), o Visconde de Uruguai, Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Viana (1883-1951), em uma tradição autoritária e depreciativa do povo brasileiro, considerado mero simulacro de povos desenvolvidos. Então, a partilha simbólica do mundo acompanhou a divisão dos mercados, estabelecendo uma hierarquia entre povos desenvolvidos e atrasados.

O ditado popular é expressivo: *cada povo tem o governo que merece*. Os problemas do Brasil derivam de seu povo, do seu processo histórico, de seu colonizador atrasado, entre outras possibilidades de **culpa** para o seu **atraso**. (CARVALHO, 2010, p. 159)

Considerado incapaz de comandar o seu próprio destino, a massa inculta e atrasada, o povo, deve ser tutelado pelo Estado ou por aqueles que se põem na condição de líderes. Tal perspectiva transcende a divisão tradicional entre esquerda e direita, tendo por base o autoritarismo praticado em nome do povo e o crescimento do Estado como *locus* do poder e da economia. O populismo nasce exatamente nesse espaço de tutela, de um povo supostamente incapaz de gerir seus interesses. Assim, políticos hábeis conseguem canalizar os anseios do povo em benefício próprio, destacando-se, portanto, duas outras categorias: carisma e manipulação. O líder populista seria, então, aquele capaz de manipular a insatisfação popular.

Na América Latina, o populismo cresceu com a política de centralização da economia nas mãos do Estado, tendo em Vargas e Perón dois grandes exemplos. Em particular, no caso brasileiro, enquanto governava com a mão de ferro que criou o Estado Novo (1937), o período de Vargas foi caracterizado por grandes investimentos em infraestrutura, consolidando uma indústria de base. O “pai dos pobres”, amado pela população brasileira sob a capa do trabalhismo, tem importância histórica que pode ser percebida na expressão com que os livros didáticos se referem ao seu governo: a Era Vargas.

O POPULISMO NOSSO DE CADA DIA

Desde os anos 1960, sociólogos, cientistas sociais e historiadores têm se debruçado sobre o populismo, e nomes já clássicos como Octávio Ianni, Francisco Weffort, entre outros, criaram uma tradição de estudos, que marcaram de forma pejorativa o conceito.

Em *O populismo na política brasileira*, Weffort interpreta que o populismo, surgido após um longo processo de transformação da sociedade brasileira desde 1930, se manifestará como um estilo de governo e como uma política de massas, utilizando o tripé “repressão, manipulação e satisfação” para explicar o sucesso do populismo no Brasil. Desse modo, a conjugação da repressão estatal com a manipulação política das massas e a satisfação dos trabalhadores ao verem algumas de suas demandas atendidas deram origem ao “pacto populista”. (BATISTELLA, 2012, p. 471)

Ainda, segundo Batistella, para analisar a história política brasileira e buscar compreender as razões do golpe civil-militar de 1964, Octávio Ianni publicou, em 1968, outra obra seminal na disseminação do conceito, *O colapso do populismo no Brasil*.

Nessa obra, Ianni vai delimitar temporalmente o populismo entre os anos de 1945 e 1964, período denominado de “*democracia populista*”, interpretando o golpe civil-militar de 1964 como resultado do esgotamento do populismo no Brasil, isto é, o colapso de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período de transição (de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana e industrial) conduzido por um Estado intervencionista e por líderes carismáticos, que buscam legitimar-se através da política de massas. Ainda segundo Ianni, essa política de massas seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política dos trabalhadores, que, em virtude da sua origem rural, seu atraso cultural e sua inexperiência política, estavam destituídos de uma consciência de classe, sendo facilmente galvanizados e instrumentalizados pelas lideranças carismáticas. (BATISTELLA, 2012, p. 472)

Embasados na “teoria da modernização”, os trabalhos sobre o populismo de Ianni e Weffort e os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro foram produzidos no período contemporâneo e pós-golpe, desfechado em 1964. Ao estruturar suas análises durante o período da ditadura militar, seus textos aguçaram a reflexão sobre as razões do golpe, sem esquecer o populismo como uma de suas causas da eclosão do regime de força na quebra da vida democrática brasileira.

E foi nessa conjuntura que surgiram outras teorias, como a do “desvio” e do “cupulismo”. A teoria do “desvio” baseia-se em uma visão teleológica do marxismo de que a classe operária, ao tomar consciência de classe, teria um

caminho natural a seguir (a revolução do proletariado). No entanto, a política populista – por meio da repressão, da manipulação e da cooptação – teria incapacitado os trabalhadores a qualquer iniciativa autônoma e de criarem consciência de classe. (BATISTELLA, 2012, p. 472)

De toda forma, a visão negativa do conceito ficou cristalizada nos textos acadêmicos e nos livros didáticos ao longo do século XX. A revisão realizada em textos no início do século XXI (SZWAKO e ARAUJO, 2019) buscou transcender o puro negativismo que caracteriza o conceito. Nesse sentido, o populismo deve ser percebido como movimento social em duas vias e para além da mera manipulação passiva das massas. Mas, a título de exemplo negativo, pensemos em um cotidiano bem familiar.

A cena é conhecida por todos nós quando se aproxima a eleição. O candidato distribui promessas entre cafezinhos e visitas em corpo a corpo, oferecendo cargos e outros tipos de benesses. E depois, eleito ou não, some na poeira das estradas já que o seu único objetivo era obter o voto. A política do varejo se replica em cadeia: do vereador ao presidente da república, é o famoso “toma lá, dá cá”. Tanto do ponto de vista do senso comum quanto da tradição acadêmica, o populismo é encarado como uma mescla de tudo o que de pior existe na política: clientelismo, fisiologismo, assistencialismo e demagogia. Nesses moldes, o populismo agrega dois elementos básicos: a expansão da estrutura do Estado e a existência de pobreza em larga escala.

A exclusão e a desigualdade fornecem o estoque de miseráveis – ou no eufemismo oficial, vulnerabilidade social – dispostos a negociar o voto, perpetuando o próprio sistema. O populista não estaria preocupado com a “responsabilidade fiscal”, os gastos do governo, ou considerações que não tenham em conta somente o impacto eleitoral; daí muitos autores refletiram sobre o papel da comunicação nesses contextos (CAPELATO, 2013; PANDOLFI, 1999; PEROSA, 1995). Para além da ideologia, o populista está preocupado em manter o poder a qualquer custo, utilizando-se de recursos públicos para atingir esse propósito. Nesse sentido, o populismo se agrega a outro conceito também utilizado em uma tradição weberiana e que busca explicar a apropriação do público pelo privado, o chamado patrimonialismo. Assim, torna-se necessário agora analisar de mais perto o caso emblemático do populismo de Vargas.

UM CASO CLÁSSICO: O POPULISMO DE VARGAS

Como explicar a vitória de um ditador nas urnas pelo voto direto e democrático? Como o resultado de uma eleição pode ser contrário aos formadores de opinião, os donos dos canais de comunicação e a

intelectualidade, a serviço de construir “verdades” para o senso comum e para a narrativa da História? Tais perguntas que fazemos hoje, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, não são novas.

Ao final do período da Ditadura do Estado Novo era praticamente certo para os políticos e intelectuais liberais que a carreira política do ditador Getúlio Vargas havia se encerrado. A decisão de participar das eleições presidenciais de 1950 criou uma ansiedade coletiva, uma fervura nos debates. Nas bases populares, o gesto foi enxergado como a redenção da classe trabalhadora. Nas trincheiras da imprensa, em sua grande maioria liberal e elitizada, a possibilidade de vitória de Vargas causava arrepios, ideológicos e fisiológicos, pois o *modus operandi* do político gaúcho trazia à cena as práticas nacionalistas e centralizadoras, formas de governo execradas pelos liberais.

A síntese do discurso de ódio e apreensão foi apresentada nas páginas da *Tribuna da Imprensa* pelo jornalista e ex-vereador da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda: “O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar⁴”.

Entre os anos de 1950 a 1955, Carlos Lacerda assumiu nacionalmente o papel de um dos principais opositores a Getúlio Vargas e aos políticos que seguiram suas ideias e práticas políticas. Essa oposição era acentuada em declarações “bombásticas” nas páginas dos jornais e nos programas de rádio que participava. Eram ataques ideológicos, mas também pessoais contra seus opositores, utilizando críticas, denúncias, e o que ele considerava a solução para a saída de Vargas: uma campanha aberta para a eclosão de Golpes Militares para erradicar qualquer traço de “populismo” no Brasil (DULLES, 1992).

A expressão “populismo” estava cunhada, mas ainda não trabalhada conceitualmente como a representação de um modo específico de proceder no campo da política. A geração de sociólogos da USP, entre as décadas de 1950 e 1960, passou a estudar esse fenômeno ainda como busca de uma resposta para as questões colocadas inicialmente neste tópico. Apesar das tentativas virulentas no discurso de Carlos Lacerda, a vitória de Getúlio Vargas se concretizou e os militares não atenderam aos anseios do jornalista/político carioca.

4 Jornal Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 01/06/1950, Editorial.

A teoria que mais se consolidou nos estudos “uspianos”, que tiveram Octávio Ianni e Francisco Weffort como pilares, foi a da manipulação das massas por um político hábil e sedutor. A figura de Getúlio Vargas era central nesta análise, muito embora Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e principalmente João Goulart entrassem neste campo de observação, mesmo considerando suas diferenças ideológicas.

O ponto central da análise era o tratamento e a liderança carismática do político populista em relação às classes populares e a “manipulação” era um resultado direto do processo de migração dos meios rurais para as cidades e a conseqüente baixa escolaridade desses sujeitos. Ao aliar a ignorância, a ingenuidade política e as frágeis condições socioeconômicas dessa população, os políticos dessa linhagem habilmente conseguiam obter o apoio popular com medidas paternalistas embaladas em propaganda ideológica, nos meios de comunicação de massa.

Dessa forma, a predominância política e o sucesso com as classes populares de figuras como Getúlio Vargas eram creditadas à estrutura de propaganda governamental e as fragilidades das camadas subalternas da sociedade brasileira, cada vez mais urbana e analfabeta. O conceito de populismo, nesse viés, procurava esclarecer a questão do ditador que venceu a eleição com o voto popular. A constituição de um campo político ligado às classes populares, com suas perspectivas próprias e seu poder de negociar uma aliança, um pacto que favorecesse seus anseios e condições de existência não foram levados em conta pelos sociólogos e seus seguidores.

A percepção dos pesquisadores uspianos era de que as classes populares só poderiam ser manipuladas e que sua ação/inação eram frutos de práticas políticas que ajudavam a garantir conquistas sociais, até então não operacionalizadas em nenhum governo anterior a Getúlio Vargas. A idealização das classes sociais brasileiras é uma perspectiva recorrente da intelectualidade brasileira, de direita ou de esquerda, quando a categoria povo brasileiro em sua acepção popular é, na maioria das vezes, uma construção associada ao atraso, derivada de preconceitos e desconhecimento da realidade dos diferentes grupos que dão sentido à sociedade brasileira (CARVALHO, 2010).

Relacionar a “manipulação populista” à escolaridade insuficiente é estabelecer um critério de “subcidadania” (no sentido da rale de SOUZA, 2009), derivado do fato perceptível de que a manipulação é menor entre os segmentos com acesso à educação formal. Nesse sentido, o homem comum existe apenas como número, massa de manobra, cuja participação

invisível é vital à existência da democracia. Assim, a massa, o “povão” inculto e necessitado, desde os tempos da Antiga Grécia, é alvo dos demagogos. É de se perguntar se o populismo não seria inerente à democracia, pois, quando nada, democracia e demagogia possuem a mesma raiz etimológica, como nos adverte Laclau (2013).

Por ora, é necessário atentar para o que nos adverte Vavy Pacheco Borges: “os conceitos que usamos para explicar a história política estão sempre enredados nos laços permanentes e inextricáveis entre o momento histórico e sua análise, entre a história e a política” (BORGES, 2002, p.2) Assim sendo, o momento efervescente dos anos 1960 à instituição de uma ditadura militar que marcou nossa história até meados dos anos 1980, ajudou consolidar a condição negativa do conceito populismo, que “pode-se perceber que, na boca e na pena da direita conservadora, a pecha de ‘populista’ substituiu a pecha de ‘comunista’, desde os anos vinte do século passado empregado como o maior insulto, ou seja, uma forte ‘arma’ política” (BORGES, 2002, p.5).

Na virada do século XX para o XXI, historiadores passaram a debater a historicidade dos conceitos em seus textos, em seminários e encontros de História. As referências ao trabalho dos franceses Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet (DE OLIVEIRA JUNIOR, 2012) e do alemão Reinhart Kosseleck (KOSSELECK, 2006) foram influentes para o reavivamento destes debates. No Brasil, alguns expoentes destacam-se Ângela de Castro Gomes (1988), Jorge Ferreira e Daniel Aarão dos Reis (FERREIRA, 2004), entre outros, que passaram a repensar o conceito de populismo e historicizá-lo, dentro da nossa realidade e construção republicana, eivada de vícios e sistematizações características de uma cultura política excludente, com uma noção de cidadania que cria hierarquias sociais profundas sendo a conquista do poder um movimento que usa de todas as armas (metafóricas ou literais) para garantir as principais esferas de poder para a elite econômica e social brasileira.

No livro *O Populismo e sua História*, Ângela C. Gomes faz um importante alerta: “escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco” (FERREIRA, 2004, p. 19). Sua obra referencial *A Invenção do Trabalhismo* (GOMES, 1988) nos permite repensar a figura de Vargas sob novas perspectivas além dos rótulos de populista ou fascista que muitos textos acadêmicos e livros didáticos tentaram cristalizar. Jorge Ferreira, por seu turno, ao organizar uma obra para discutir a polissemia e os usos do conceito em nossa cultura política, destacou que a origem do termo populista como forma de insulto, presente desde os anos 1950, retornou na

Nova República e se acentuou no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, contemporâneo da geração uspiana formuladora do conceito canonizado nos textos de História.

Novamente recorrendo a Vavy Borges, em seu resumo sobre a obra organizada por Jorge Ferreira (PACHECO, 2002, p.5), podemos observar as novas possibilidades de discussão sobre o conceito em si e como as atuações no campo político mantêm os embates, as disputas pelos significados dos termos que qualificam ou desqualificam as biografias e os cargos ocupados pelos sujeitos políticos no quadro atual.

OS CONCEITOS E SEUS LIMITES

A ascensão recente de governos autoritários trouxe à baila o populismo, efeito de um suposto retrocesso das democracias ocidentais, ou uma crise, para tomar de empréstimo a expressão de Fukuyama (2011), que aponta ainda o sucesso do modelo democrático: entre 1970 e 2010 houve um crescimento expressivo do modelo representativo de democracia.

Se observarmos o mapa político do mundo, de 2010 para cá, percebe-se claramente essa crise das democracias, fenômeno que é pan-europeu e também transatlântico. Então, novamente o populismo tem sido utilizado e com frequência para dar conta do atual contexto. Se a definição tradicional dá conta ou requer atualização, no chamado neopopulismo, é algo a considerar, pois constata-se a grande confusão conceitual em que praticamente todos os líderes, à direita ou à esquerda, são chamados de populistas. Mas como nos adverte Morelock e Narita (2019, pos. 6539): “o populismo não é componente de esquerda nem de direita; antes, conteúdo da política populista depende das clivagens políticas que produzem identidades coletivas de ‘o povo’ e administram os dispositivos de poder”. Ainda que reconheçam o uso político do termo, que iguala direita e esquerda na rotulagem do populismo cotidiano, postulam existir diferenças fundamentais entre as duas modalidades, notadamente quanto ao caráter xenófobo, autoritário, corrupto e moralista dos populismos de direita. Tal perspectiva alinha-se à teorização que traça uma linha de continuidade entre populismo e fascismo (FINCHELSTEIN, 2019). Mas é possível contestar tal análise, notadamente quanto aos aspectos corrupção e autoritarismo, o que pode nos levar à outra questão: Afinal, quem tem a posição de definir populismo? Ou, parafraseando a máxima filosófica, populistas são sempre os outros?

As dificuldades em definir precisamente o populismo acabam por criar uma situação de desvalorização do conceito. A ambiguidade do uso pode ser observada em sua definição de dicionário: “prática política que se baseia em angariar a simpatia das classes menos favorecidas e de menor poder aquisitivo pregando a defesa de seus interesses, geralmente através de ações paternalistas e assistencialistas”⁵. Há um limite muito tênue, pois, de acordo com esta definição, qualquer ação inclusiva, por exemplo, pode ser qualificada como “assistencialista”.

O populismo como conceito abarcou historicamente um conjunto discrepante de contextos (DEBERT, 2008, p. 14):

- 1 - o movimento russo “narodnik”, na segunda metade do século XIX (e outros movimentos da Europa ocidental);
- 2 - os movimentos norte-americanos das regiões rurais do sul e do oeste, em fins do século passado;
- 3 - certos movimentos e certos tipos de Estado da África, Ásia e América Latina;
- 4 - o uso ainda mais amplo do vocábulo refere-se não apenas a movimentos organizados completamente, mas a determinados elementos presentes em algumas organizações, movimentos e ideologias de toda espécie que se baseiam, por um lado, na noção de “vontade do povo” [...]

223

Outro autor destacado, Ernesto Laclau, em sua obra *Razão Populista* (LACLAU, 2013), realiza uma revisão vigorosa do termo, para tentar resgatar o conceito e seu potencial heurístico. Segundo o historiador irlandês Simon Tormey, “Para Laclau, o populismo não é apenas compatível com a operação da democracia, é a melhor estratégia para renovar e expandir a democracia” (TORMEY, 2019, p.116). Ao alinhar o populismo dentro das possibilidades do jogo democrático e não como um limitador de sua dinâmica, Laclau procura justificar sua teoria ressaltando como protagonista do processo o próprio conceito de “povo”:

[...] devemos colocar de lado nossos medos do populismo, abraçar o populismo e entender seu potencial para gerar novas formas de política capazes de envolver, de forma integral, pessoas cujas necessidades e

5 <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=EZ1Kq>

cujos interesses são com frequência negligenciados. A renovação da democracia deve ser concebida como um projeto, assim como um processo. E como projeto, precisa apelar para aqueles que são o sujeito da democracia, o próprio povo. (TORMEY, 2019, p.116/117).

Em sua conclusão, Laclau esclarece que “não há nada incomum em uma política que apele ‘ao povo’. Ou melhor, em uma democracia não há nada de incomum em apelar para o povo. Em condições democráticas, o povo, o demos, é o sujeito da democracia” (TORMEY, 2019, p.118). Dessa forma, o cientista político argentino contribui de forma original no debate percebendo que o conceito de populismo, para além da subjetividade de valoração, positiva ou negativa, se insere como um fruto da própria dinâmica do processo instaurado pela democracia. Mais do que um fator de risco, o populismo deve ser compreendido como um elo com as ramificações que as ideias políticas e suas práticas são capazes de gerar.

Não deixa de ser significativo, porém, o fato de sempre surgir uma nova reflexão sobre o tema, apesar da grande quantidade de referências a respeito e novas definições, como a de ciberpopulismo ou neopopulismo digital (BRUZZONE, 2021, p. 59). Deve ser observado, porém, que a obra de Laclau, acima citada, foi publicada originalmente em 2005, não sendo impactada pelo recente aumento das discussões sobre a matéria, pois, pelo que circula na grande imprensa, tudo indica que do ponto de vista conjuntural estamos em um “momento populista”, ainda mais nítido após as vitórias do “Brexit”, no Reino Unido e da eleição nos Estados Unidos do republicano Donald Trump, em 2016 (COSTA, 2017). O uso da ferramenta *Google Trends*, no período de 2014-2022, deixa claro a ascensão do interesse pelo conceito de populismo a partir de 2016, não por acaso, o ano da vitória de Donald Trump⁶.

O ATUAL CONTEXTO “POPULISTA”

Se o populismo latino se nutre da miséria, como explicar, contudo, sua escalada mundial onde inexistem bolsões de pobreza? Como entender o populismo na atualidade? Se aceitarmos o conceito e as consequências da chamada pós-modernidade, como falar de populismo? É justificado então, falar de um neopopulismo? Mesmo entre aqueles que fazem tal distinção (entre populismo e neopopulismo), a definição não é clara:

6 https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all_2008&gprop=news&q=%2Fm%2F01d_sm

[...] a prática política do neopopulismo – da mesma maneira que o velho populismo – se orienta, na sua essência, pelas regras tradicionais de dominação político-econômica. Essa práxis política bloqueia o acesso de novos grupos e das massas ao poder. Por essa razão, pode-se dizer que o populismo e o neopopulismo são movimentos sem base firme em nenhuma classe social específica, mas dependem, para a sua sustentação política, do apoio de vários setores das mais variadas classes, sendo a classe popular urbana atualmente sua espinha dorsal. (BAQUERO, 2011, p. 184)

Voltando ao atual “momento populista” europeu, é possível aventar a hipótese de que sua origem tem a mesma raiz, qual seja, o discurso anti-imigrante, como se observa no apoio à direita na Áustria, que projetou Norbert Hofer e, no caso francês, a ascensão de Marine Le Pen. Na Holanda, a “causa antimuçulmana” de Geert Wilders fez com que o seu partido rapidamente se transformasse na agremiação política mais popular dessa nação. Nos demais países europeus, os populistas de direita ganharam a atenção da opinião pública com a mesma retórica anti-imigrante, em democracias tidas até então como exemplos de estabilidade das instituições, inclusão social e tolerância, como a Suécia, por exemplo. Uma das características deste populismo de direita é um padrão autoritário, baseado na estratégia da polarização “nós versus eles” (RODRIGUÊS, 2018).

A Hungria e a Polônia são exemplos desta radicalização autoritária, assim como em outros países do Leste europeu, cujas características são muito similares. Se fosse estendido um mapa sobre a mesa, a evolução geográfica e temporal deste populismo de direita evoca a célebre expressão de Karl Marx sobre o “espectro” que sobrevoa as democracias da Europa. Porém, a radicalização do discurso não está ocorrendo apenas no campo conservador da arena política. A maneira como Bernie Sanders ganhou notoriedade entre os democratas norte-americanos, assim como a ascensão de um político como Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista inglês, ou mesmo a visibilidade do Syriza na Grécia e de Jean Luc Melenchon na França mostram que os modelos de democracia representativa mais uma vez tornam-se os alvos dos ataques tanto da direita quanto da esquerda. Ou seja:

Em síntese, do ponto de vista analítico, como lógica articulatória o populismo não tem conteúdo, ele pode ser de esquerda ou de direita, de acordo com a forma como a ideia de “povo” é construída. Sob o olhar normativo, Laclau, Mouffe e Fraser concordam em apostar em um populismo de esquerda como resposta ao populismo de direita. (RODRIGUÊS, 2018, p. 7)

Assim sendo, o “momento populista” não se restringe geograficamente à Europa ou aos Estados Unidos, já que a ascensão ao poder do indiano Narendra Modi, de Duterte nas Filipinas e de Erdoğan na Turquia são evidências de que se trata de um fenômeno que está ocorrendo em escala global.

A tentativa de compreensão do fenômeno com foco em episódios isolados, como a eleição de Trump e Bolsonaro, ou a saída da Inglaterra da União Europeia com o “Brexit”, tocam a ponta do iceberg, sendo necessário ir além e investigar as motivações do “homem comum”. Na Inglaterra o discurso conservador ganhou espaço entre os cidadãos, ensejando a criação de um modelo explicativo denominado “Aqueles Deixados para Trás” (People Left Behind). O sentimento de “ser deixado para trás” foi habilidosamente manipulado pelos defensores da saída da Inglaterra da União Europeia. Regiões inteiras do Reino Unido tradicionalmente alinhadas ao Partido Trabalhista votaram a favor do Brexit, provocando uma crise sem precedentes nas bases da histórica organização partidária.

A literatura sobre as origens do populismo nas democracias dos países desenvolvidos começou a crescer há aproximadamente vinte anos, quando na Europa, movimentos de direita ganharam visibilidade usando como bandeira política, a restrição à imigração estrangeira. É preciso ter em mente que o interesse acadêmico pelo populismo como objeto de estudo da Ciência Política foi resultado da percepção de que as instituições políticas tradicionais das democracias liberais apresentavam dificuldades em enfrentar o surgimento de movimentos que ganhavam popularidade exatamente porque atacavam o sistema político tradicional. A ascensão de lideranças políticas em países como França, Áustria, Itália e Alemanha que identificavam no “imigrante” a raiz de todos os males acendeu o alarme de alerta entre os pesquisadores.

Se prestarmos atenção nos discursos de uma Marine Le Penn, por exemplo, podemos identificar algumas características desta narrativa. A “grande política”, ou seja, o sistema político partidário tradicional, segundo este discurso, é o responsável pela corrosão do Estado de Bem Estar Social, pela decadência urbana, visível no crescimento das periferias repletas de imigrantes desempregados hostis à cultura nacional. Um “*banlieu*” francês, de acordo com esta mesma narrativa, é o retrato do fracasso dos partidos políticos. As revoltas surgidas nestes bairros decorrentes da crescente tensão entre a polícia e a grande massa de imigrantes tornou-se o combustível para que essas lideranças de direita em primeiro lugar apresentassem o “problema” (eis o “Estrangeiro”), para oferecer, na

mesma crítica, a “solução”: menos globalização, menos “Europa”, mais “Nação”, mais “Pátria”(BALDWIN, 2019).

O caso francês é emblemático, mas não é o único. Desde a década de 90, este discurso tem ganhado visibilidade e mais importante, votos em vários países da Europa. Mas, se o imigrante termina por ser o bode expiatório quase perfeito deste populismo de direita, isso não significa que ele seja verdadeiro. Acreditamos que a ascensão deste populismo é a fase mais visível de um processo muito mais complexo e profundo. Sem querer aprofundar tema tão complexo, podemos, ao menos, esboçar algumas considerações que consideramos importantes como guias de pesquisa. Uma pequena história talvez seja uma importante ilustração de nossa tese.

Uma associação de membros do Voo Livre decidiu oferecer aos seus associados um serviço de informações sobre ocorrências de acidentes em práticas de voo Livre. Isso exigia que fossem contratados profissionais para levantar essas informações, alimentar o banco de dados de tais ocorrências e divulgar aos associados essas informações. Esse tipo de serviço, que em condições normais exigiria o tempo de trabalho de profissionais bem pagos para os padrões de economias desenvolvidas, pode ser contratado e executado com trabalhadores recrutados em um país como Paquistão, por exemplo. Com o detalhe de que estes engenheiros paquistaneses, além de receberem uma fração do salário de trabalhadores europeus, não precisam sair de seu país para executarem este trabalho (BALDWIN, 2019, p. 1).

Essa é a segunda fase da globalização do trabalho. Os desenvolvimentos nas telecomunicações estão criando as condições para que tarefas que antes eram executadas por trabalhadores de classe média do setor de serviços, sejam executadas à distância. Isso tem um impacto direto não nos empregos de trabalhadores industriais em plantas fabris, mas no núcleo do mundo do trabalho da classe média.

A desindustrialização já faz parte da paisagem urbana de várias economias da Europa. Na Inglaterra, antigas cidades industriais historicamente identificadas como o berço da industrialização e da própria Revolução Industrial assistiram à migração de suas fábricas para a Ásia ou América Latina. De certa maneira, podemos dizer que estes trabalhadores são “especialistas em globalização”, eles entendem os efeitos diretos há mais de três décadas. E a maioria dos políticos populistas encontrou uma forma de se comunicar diretamente com os corações e as mentes destes trabalhadores.

Ao mesmo tempo, há outro fator importante. Paralelamente à essa globalização temos também o avanço maciço da automação, traduzida no

surgimento de empresas que operam com a substituição de setores inteiros da cadeia produtiva pela robótica e as tecnologias de informação e comunicação. Estas inovações não estão tirando o trabalho somente do trabalhador pouco qualificado, na verdade, elas já avançam diretamente sobre os empregos dos “trabalhadores de colarinho branco” (BALDWIN, 2019).

Como o discurso populista explora politicamente este contexto? Os “bárbaros” agora estão batendo nas portas da classe média, aquela que, pelo menos até há algum tempo, esteve mais ou menos livre das ameaças do desemprego em massa. Em termos bem simples, temos dúvidas de que as classes médias nas economias desenvolvidas estejam preparadas para enfrentar estas mudanças no mundo do trabalho.

A junção de globalização e automação operam, portanto, como poderosas forças sociais de disrupção, e os efeitos políticos destas mudanças podemos constatar na instabilidade que tem sido terreno fértil para a emergência de movimentos políticos populistas sobretudo de direita. Pensemos na seguinte situação: a automação produziu tecnologias que permitem, por exemplo, a tradução automática de textos realizada por algoritmos de Inteligência Artificial. Hoje, um engenheiro chinês com o auxílio deste tipo de tecnologia pode realizar serviços em qualquer lugar do mundo, competindo diretamente com profissionais locais. Na prática, o “imigrante” está chegando ao escritório de serviços, não apenas pela via tradicional, mas pelo trabalho remoto. Acreditamos que esse é o terreno fértil onde o político populista está conquistando votos, corações e mentes.

Que “terreno fértil” seria este? As dificuldades dos Estados e dos sistemas políticos de criarem medidas de proteção e regulação contra os efeitos disruptivos destas mudanças é o combustível para o crescimento de populismos. Acreditamos que isso não constitui em essência, uma “novidade”. A história mostra que no passado, processos semelhantes já ocorreram. A Inglaterra do século XIX é um dos exemplos mais vívidos dos efeitos deste tipo de mudança. O crescimento do movimento dos trabalhadores materializado nas diversas formas de associativismo oferece uma oportunidade para compreendermos o que acontece quando mudanças rápidas e profundas na tecnologia e economia, sem a criação de instituições.

Mas, e na América Latina? É importante destacar que embora o “populismo” faça parte da cultura política regional há décadas, o seu crescimento nos últimos anos não pode ser entendido como um “retorno ao passado”. As pesquisas de opinião, apesar de suas insuficiências,

oferecem pistas interessantes. O Latinobarómetro, por exemplo, tem registrado uma tendência crescente de decepção com o desempenho de governos democráticos (LATINOBARÓMETRO, 2018). É como se após décadas sob o talante de ditaduras militares ou civis, os governos democráticos que os substituíram tivessem prometido muito mais do que aquilo que foi entregue aos cidadãos latino-americanos. Países como o Brasil e o Paraguai, por exemplo, apresentam os níveis mais baixos de confiança em governos democráticos em toda a América Latina, dando base à seguinte possibilidade de interpretação:

Estamos vivenciando o renascimento da extrema direita, com políticos autoritários e anti-establishment crescendo em popularidade. A tendência é sentida na Europa, na América Latina e nos Estados Unidos, o que comprova que não se trata de um foco isolado. A insatisfação com a representação política, o desgaste das instituições democráticas, como o Congresso e os partidos, e o descontentamento da classe média diante da falta de progresso levam a uma rejeição do sistema posto e, mesmo que irracionalmente, ao flerte com a revolução e o autoritarismo. Diante de uma democracia enfraquecida, outras formas de governo podem tomar o seu lugar (CASTRO; BERTONCINI, 2020, p. 30).

A ascensão de governos populistas constitui uma ameaça às democracias liberais, ou, ao contrário, significaria um “corretivo necessário” à concentração de poder político nas mãos de elites? Ou, ampliando a base de análise, a que interesses os populistas estariam vinculados? Perguntas capazes de gerar debates intermináveis; caso não seja levado em conta o postulado básico da ciência tradicional segundo o qual toda teoria, para ter validade, precisa ser confrontada com fatos. Nesse sentido, seria possível criar um modelo explicativo para dar conta de um fenômeno tão complexo, considerando: 1) O tempo de permanência de governos populistas (que seria maior, já que trabalham sistematicamente pela manutenção do poder); 2) Transições caracterizadas pela dramaticidade, como no caso recente dos Estados Unidos; 3) Os danos ao sistema de pesos e contrapesos, pilares dos governos representativos que causam concentração de poder nas mãos do governante em detrimento dos poderes judiciário e legislativo.

A observação torna possível aventar um padrão que une os governos de Trump, Bolsonaro, Putin, Modi, Duterte e Boris Johnson, embora sejam guardadas muitas diferenças a partir de suas origens culturais. É padrão inegável o fato de serem notórios “caçadores de direitos individuais” e usarem como bode expiatório a imprensa. Porém, reduzir esse contexto a nomes de governantes em ações individuais seria reduzir a complexidade do fenômeno, como por exemplo, a correlação entre a riqueza e o colapso

de democracias (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018): desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos países com PIB *per capita* de 1,000 dólares sofreram ataques em suas democracias a partir de forças internas. Por outro lado, o que tem sido chamado de populismo ou neopopulismo pode indicar a falência dos conceitos tradicionais para dar conta de um contexto tão complexo e indicativo de mudanças significativas. O uso habitual do conceito pode trazer uma questão desconcertante: afinal, que governo não seria populista, haja vista o caráter globalizado e midiático das relações de poder? Uma boa tentativa de definir em termos globais o fenômeno pode ser encontrado no documento *O Novo Populismo de América Latina, um Movimento mais Vivo do que Nunca* (Relatório Especial, 2017):

O discurso populista, simples, direto e fácil de entender, construído por líderes de oratória hábil, é geralmente eficaz porque dizem em voz alta o que muitos pensam em silêncio. Não apela à reflexão e à análise, mas aos instintos; canaliza, e fomenta a raiva e o rancor social acumulados.

Assim, em termos comparativos, entre o clássico populismo brasileiro, a chamada “Era Vargas”, e o atual neopopulismo há semelhanças, basta atentar ao fato de que o período Vargas também foi caracterizado pela ascensão de lideranças autoritárias em escala mundial, ensejando, no limite, o totalitarismo fascista e nazista. Então, mais do que fenômenos isolados, esses contextos indicam conexões importantes e transformações de caráter global.

No Brasil, também experimentamos, mesmo que em curto período, o governo de Jânio Quadros, que, desde sua campanha, e seus sete meses de governo usou e abusou da retórica e do discurso dito populista. Em uma “chave ideológica” conservadora, voltado, sobretudo a classe média, conseguiu articular e prometer às diversas classes o que elas desejavam escutar e receber.

Ao comparar as estratégias de comunicação com as massas podemos estabelecer similaridades entre o político paulista e Getúlio Vargas que também conseguia ter grande penetração de seu discurso nos segmentos, principalmente de trabalhadores e das classes sociais populares. Ambos usaram e abusaram dos recursos de comunicação populista e alcançaram igual intensidade no diálogo com as classes sociais.

O sucesso eleitoral de Jânio, sobretudo nas classes médias, evocando um moralismo cristão, o ataque ao comunismo e a corrupção, como motes centrais atraiu uma multidão de apoiadores. Após a renúncia, seus eleitores se sentiram traídos, mas a expectativa de um “salvador da

pátria”, de moral ilibada, ficou vagando no imaginário social brasileiro e foi preenchido, em parte, pelos governos durante a ditadura militar, até meados da década de 1980.

O conceito de salvador da pátria foi trabalhado por Raoul Girardet em seu livro *Mitos e Mitologias Políticas* (GIRARDET, 1987). Aliás essa “espera messiânica” é uma das características de países latino-americanos ou de partes geograficamente periféricas (sob o olhar europeu e norte-americano) onde a tradição política é marcada por instabilidades, frágil democracia, fundamentalismos religiosos e a ação militar constante. O messianismo como fonte de motivação parece transcender a lógica da vinculação entre política e classe social, tornando ainda mais complexo o fenômeno do populismo.

É plausível supor que o populismo se aproveite das fragilidades da democracia e se alimente de sentimentos difusos, do nacionalismo à religiosidade de contextos históricos específicos, nos quais a economia e a desigualdade social oferecem o combustível necessário a toda a sorte de conflitos. Suposição que vai ao encontro daqueles que situam populismo e fascismo em uma linha paralela (FINCHELSTEIN, op. cit; FANCELLI, 2021).

O QUE É POSSÍVEL CONCLUIR

231

Como vimos, o populismo como conceito científico tem sido encarado como ambíguo desde suas origens, o que nunca impediu sua utilização frequente, seja no âmbito do senso comum ou entre autores consagrados. Na atualidade, fala-se em neopopulismo, entre outros tantos “neos”, que indicam novas versões para fenômenos antigos. Talvez seja necessário comparar o neopopulismo com o nosso populismo comezinho, o velho conhecido de todos os pleitos. Mesmo se recorrermos aos casos mais emblemáticos da mídia, os ícones do neopopulismo mundial, o traço comum que desponta é o autoritarismo e a utilização das mídias digitais (NERVO, 2018). Como no caso brasileiro, além do autoritarismo, há outro aspecto que merece destaque e estudo: o fato de que a ascensão de personagens como Trump ou Bolsonaro derivam do esgotamento de um modelo tradicional de fazer política. Assim, paradoxalmente, os neopopulistas utilizam um discurso de repúdio à “velha política”.

Se ficarmos ainda restritos aos dois governantes acima citados, também é possível discernir que o repúdio à política tradicional deu voz a grupos que não se enquadram ao “politicamente correto” – as novidades comportamentais da pós-modernidade. A massa ignara subitamente

irrompeu e os “bestializados” agora são todos aqueles que não conseguem entender o que está acontecendo no mundo. É possível, então, aventar a hipótese de que o uso indiscriminado do termo (populismo) revela duas necessidades: 1) a de compreender esse *zeitgeist* de ascensão do autoritarismo em escala mundial; 2) a de engendrar novos conceitos para dar conta do mundo atual.

A revisão de literatura sobre o populismo, como conceito ou como prática de políticos concretos, é extensa, destacando-se, portanto, a ambiguidade do termo. E três elementos estão na base do fenômeno: 1) a pobreza (ou o crescimento da pobreza); 2) o jogo político e eleitoral; 3) a presença do Estado. Historicamente, as teorizações tradicionais e o uso comum partem da premissa de que o populismo é manipulador e nefasto à boa política. Porém, e ao contrário, existem perspectivas que levam em consideração o movimento social e suas táticas de negociação política – ou ainda, que pensam a partir dos excluídos. Isto é: quem manipula quem?

O ponto de partida da presente análise foi a utilização recente do conceito de populismo para caracterizar a ascensão de políticos antidemocráticos. A reflexão nos permitiu concluir que o uso indiscriminado do conceito evidencia que teorias e modelos que tentam dar conta das transformações em curso estão esgotados ou que, pelo menos, requeiram revisão, já que conceitos não são imutáveis.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, Richard. *The Globotics Upheaval. Globalization, Robotics and the Future of Work*. **Oxford University Press**. New York, NY, 2019.

BAQUERO, M. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. **Sociedade e Cultura, Goiânia**, v. 13, n. 2, p. 181–192, 2011. DOI: 10.5216/sec.v13i2.13421. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/13421>. Acesso em: 9 jun.. 2022.

BATISTELA, Alessandro. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. Universidade do Estado de Santa Catarina: **Revista Tempo e Argumento**, vol. 12, núm. 29, 2020.

BORGES, Vavy Pacheco. "História e Política: laços permanentes". In **Revista Brasileira de História: Política e Cultura**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero/SCT/CNpq/Finep, vol. 12, Nº.23/24, pp.7-18, set. 91-ago.92.

_____. Resenha do Livro *O Populismo e sua História*, Jorge Ferreira (org.). in **Revista Brasileira de História**. Volume 22, número 43, São Paulo, 2002.

COSTA, Maria Nunes da. As desventuras da democracia. Um olhar crítico sobre Brexit, Le Pen e Trump. **Revista Dialectus**. Universidade Federal do Ceará. Ano 4 n. 11, agosto – dezembro, 2017 p. 264 – 279.

BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo**: Política e democracia no mundo digital. São Paulo: Contexto, 2021.

CASTRO, Chantal Correia de e BERTONCINI, Mateus Eduardo Siqueira Nunes. A Impopular Democracia. **X Encontro Internacional do CONPEDI Valência – Espanha**. 2020. Disponível em: <<http://conpedi.daniloir.info/publicacoes/150a22r2/821x77bj/h431D3Ux38rhT5bB.pdf>>. Acessado em 08/04/2021.

DULLES, John W. **Carlos Lacerda, a vida de um lutador**. Vol.1. RJ: Nova Fronteira, 1992, p. 125-260.

233

CARVALHO, João Gilberto da Silva e ARRUDA, Angela. Uma reflexão psicossociológica sobre a gripe suína. **Revista Atlaspsico**. Curitiba, Paraná. Edição junho de 2009.

CARVALHO, João Gilberto da Silva. **Modernidade, Identidade e Representações Sociais**: “Chinesices” no Brasil do Século XIX. Tese de doutoramento (psicologia) apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, dezembro de 2010

CARVALHO. João Gilberto da Silva. Em terra de papagaio dragão não se cria: uma abordagem psicossocial da relação entre brasileiros e chineses. **Contemporânea**. ISSN: 2236-532X. n. 2, p. 165-182 - Jul.–Dez. 2011.

CAPELATO, Maria Helena, Mídia e Populismo. Populismo e Mídia. **Revista Contracampo**, v.28, n.3, ed. dez-mar, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013, p. 52-72.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Latinobarómetro 2018**. Santiago, 2018. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso em: 07 março 2021.

DE OLIVEIRA JÚNIOR, C. M. História política e história dos conceitos: um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 5, n. 9, p. 166-183, 23 jun. 2012.

DEBERT, GG. Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. Ideologia e Populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. pp. 217-220.

FERREIRA, Jorge. (org). **O Populismo e sua História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O Imaginário Trabalhista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FANCELLI, Uriã. **Populismo e negacionismo: o uso do negacionismo como ferramenta para a manutenção do poder populista**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

FINCHELSTEIN, Federico **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

FUKUYAMA, Francis. **As Origens da Ordem Política**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2011.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Vértice/luperj, 1988.

GUARAL, Guilherme. **O Estado Novo da Portela**. Jundiaí: Paco, 2012.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: representações sociais transculturais da AIDS. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KOSSELECK, Reinhart. **História de Conceitos**. Lisboa: Ed. Contraponto, 2006.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, Steven e Daniel, ZIBLATT. **Como as democracias morrem**. Rio: Zahar, 2018

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?** A questão fundamental da democracia. São Paulo: Max Limonad, 2003.

MARX, Karl. Textos diversos. Coleção **Os Pensadores**. São Paulo: Editora Abril, 1978.

MORELOCK, Jeremiah e NARITA, Felipe Ziotti. **O problema do populismo: teoria, política e mobilização**. 1. ed. - Jundiaí (SP): Paco, 2019. Versão em Kindle.

NERVO, Alexandre Antônio. O (neo) populismo como estratégia de comunicação política. Teoria & Pesquisa: **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 194-218, jul./dez. 2014.

PANDOLFI, Dulce (Org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 53 PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique**. Análise do programa de rádio “Voz do Brasil” da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume, 1995.

RELATÓRIO ESPECIAL. O Novo Populismo de América Latina, um Movimento mais Vivo do que Nunca. **Llorente e Cuenca**. Desenvolvendo Ideias. Madrid, 2017. https://ideas.llorenteycuenca.com/wp-content/uploads/sites/5/2017/09/170913_Informe_Populismo_BR_condest_acados.pdf

RODRIGUÊS, Theófilo Machado. Populismo de esquerda *versus* populismo de direita no início do século XXI: o conflito político nos EUA, Inglaterra, França e Alemanha. **Revista Estudos Políticos**. Vol. 9 | N.1 ISSN 2177-2851. 2018.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**: Quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SZWAKO, José; ARAUJO, Ramon. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do “populismo” e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 469-499, May 2019. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000200469&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Feb. 2021. Epub Sep 05, 2019.